

Conselho de Enfermagem do Rio entrará com ação civil contra resoluções do Cremerj

23/07/2012 - 12h03

[Nacional](#) [Saúde](#)

Guilherme Jeronymo
Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro - O Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (Coren-RJ) anunciou que irá entrar com ação civil pública contra as [resoluções 265 e 266/2012](#) do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) que proíbem a participação de médicos obstetras em partos domiciliares e a presença das obstetras (profissionais da área de saúde que acompanham as gestantes no pré-natal, parto e pós-parto), doulas (acompanhantes) ou parteiras em ambientes hospitalares.

"As resoluções do Cremerj inibem o direito da mulher de decidir onde e por quem será acompanhada no seu parto, praticamente a obrigando a dar à luz no hospital. O Cremerj desrespeita os preceitos dos manuais do Sistema Único de Saúde (SUS) sobre os direitos sexuais e reprodutivos, além dos decretos do Ministério da Saúde referentes à humanização no parto", afirmou a entidade em nota divulgada em seu *site* na última sexta-feira (20). O documento é assinado pelo presidente da entidade, o enfermeiro Pedro de Jesus. O Coren representa os enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, além de obstetras.

Segundo a nota o Coren critica os vetos e os classifica de "atitude arbitrária, inconsequente, antiética e ilegal". A entidade informou que finaliza um documento para ser encaminhado ao Ministério Público, solicitando medidas contra as resoluções.

O Coren reclama ainda de um abuso de poder por parte da entidade representativa dos médicos. "[O Cremerj age] impondo fiscalizações ao trabalho de enfermeiras e parteiras, bem como das casas de Parto, quando obriga as equipes de emergência a notificarem o Conselho de Medicina, sempre que ocorrerem complicações em pacientes submetidas a partos domiciliares e seus conceitos ou oriundas das chamadas casas de Parto."

A coordenadora do curso de Obstetrícia da USP, Nadia Zanon Narchi, disse que encarou com surpresa as duas resoluções do Cremerj, em especial pela inclusão das obstetras. A USP formou, desde 2008, cerca de 120 profissionais do ramo, que são registradas oficialmente como enfermeiras obstetras no Coren, após quatro anos e meio de curso. Não há notícias, segundo Narchi, de atuação desses profissionais fora do estado de São Paulo, o que causa uma sensação de estranhamento diante da inclusão da categoria na resolução.

"O mercado de trabalho exige uma mudança na forma como as mulheres são atendidas. O atendimento obstétrico hoje é muito ruim, o Brasil consegue ser o campeão mundial de cesáreas, hospitais privados não tem vaga, e os médicos ficam loucos porque agendam cesáreas desnecessárias", critica Narchi.

Em relação à presença das acompanhantes nos hospitais, o conselheiro do Cremerj Luís Fernando Moraes [esclareceu ontem \(22\), em entrevista à Agência Brasil](#), que elas não têm nenhuma formação na área da saúde. "Pessoas leigas dentro de uma sala cirúrgica, atuando, nós achamos que isso é inseguro também para a paciente, porque essas pessoas não têm formação, não têm noções de assepsia, de cuidados. Por isso, a gente tenta proteger a paciente com essas resoluções", disse. Além disso, segundo ele, o Conselho Federal de Medicina e a própria Sociedade de Ginecologia consideram o parto domiciliar "um retrocesso e inseguro". O profissional que desobedece a resolução responderá a processo disciplinar.

A Associação de Alunos e Egressos do Curso de Obstetrícia da Universidade de São Paulo estuda entrar com ação, com auxílio do Ministério Público paulista, contra as resoluções do Cremerj. Segundo Narchi, aguardam somente a definição das formas legais que estão a seu alcance para tal.

"Estamos em um processo mundial de fortalecimento da parteira, a começar pela Organização Mundial da

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

11h22 Nacional

Governo libera recursos para municípios do Amazonas atingidos pela chuva

11h03 Economia

Com alta do dólar, gastos de brasileiros no exterior atingem menor nível para junho desde 2010

10h52 Internacional, Nacional

Jovem brasileira cai em abismo e morre no Peru

10h51 Saúde

Balanco indica que 68 milhões de brasileiros foram vacinados contra hepatite B em 2011

10h34 Economia

Caixa começa a pagar hoje benefícios do PIS

NOTÍCIAS DO MESMO DIA

23h37 Economia

Integração bancária é saída para a crise europeia, indica presidente do BNDES

22h32 Cidadania

Realidade das comunidades quilombolas é debatida na 64ª Reunião da SBPC

21h54 Economia

Brasil terá grande mudança na área financeira nos próximos anos, diz ex-superintendente do BNDES

21h51 Justiça

Para Eliana Calmon - STF

Saúde, dizendo que os países que conseguiram melhorar os seus indicadores de atendimento a assistência obstétrica foram aqueles países que inseriram obstetrizes e enfermeiras obstetrizes na assistência. Os médicos ficam resistentes, eles têm medo disso, por ignorância, medo por perda de poder, medo porque o mercado da cesárea é um mercado altamente lucrativo, e começam a atirar em todo mundo”, afirmou Narchi.

Principal programa do governo para a maternidade, a Rede Cegonha prevê que a gestante conheça previamente a unidade de saúde onde terá o bebê e tenha direito a um acompanhante, de livre escolha, durante a internação. A Rede Cegonha, lançada em março de 2011, é uma estratégia do Ministério da Saúde operacionalizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e fundamentada nos princípios da humanização e assistência às gestantes e aos bebês.

Edição: Talita Cavalcante//Matéria alterada para esclarecer informação às 13h07.

[Agência Brasil](#) [Coren-RJ](#) [Cremerj](#) [EBC](#) [Nacional](#) [Saúde](#) [acompanhantes](#) [doulas](#) [hospitais](#) [humanização](#) [parteiras](#) [resoluções](#)

» Leia também:

[Mulheres organizam protesto contra decisão do Cremerj de proibir partos em casa e doulas em hospitais](#)



[Compartilhar](#)

[Fale com a Ouvidoria](#)

Explore a EBC

Mais sobre a EBC

Televisão

TV Brasil
TV Brasil Internacional

Notícias

Agência Brasil

Rádios

Radioagência Nacional
Rádio Nacional AM Brasília
Rádio Nacional FM Brasília
Rádio Nacional AM Rio de Janeiro
Rádio MEC AM Brasília
Rádio MEC AM Rio de Janeiro
Rádio MEC FM Rio de Janeiro
Rádio Nacional do Alto Solimões
Rádio Nacional da Amazônia

Razão Social: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC
CNPJ : 09.168.704/0001-42
Endereço da Sede: Setor Comercial SUL- SCS - Quadra 08 Bloco B-60 - 1º
Piso Inferior - Edifício Venâncio 2000 - Asa Sul - Brasília/DF

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons
Atribuição 3.0 Brasil.